



**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E
NEONATOLOGIA**

AMANDA CAROLINE MARQUES DE SOUSA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDUÇÃO DA
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

ICÓ – CE

2024

AMANDA CAROLINE MARQUES DE SOUSA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDUÇÃO DA
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Pós Graduação como quesito para título de Especialista em Enfermagem Obstétrica do Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS, como requisito para obtenção de nota.

Orientadora: Prof.^a Msc. Cleciana Alves Cruz.

ICÓ-CE

2024

AMANDA CAROLINE MARQUES DE SOUSA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDUÇÃO DA
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Pós Graduação como quesito para título de Especialista em Enfermagem Obstétrica do Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS, como requisito para obtenção de nota.

Data de aprovação: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Me. Cleciana Alves Cruz

Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS

Orientadora

Rayanne de Sousa Barbosa

Prof.^a Me. Rayanne de Sousa Barbosa

Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS

1^a Examinadora

Layne Ribeiro Lima

Prof.^a Esp. Layne Ribeiro Lima

Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS

2^o Examinadora

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Amanda Caroline Marques de Sousa¹; Cleciana Alves Cruz²

RESUMO

O estudo tem como objetivo compreender, através da literatura científica, a importância da educação em saúde na redução da violência obstétrica. Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo Revisão Integrativa da Literatura. Para a pesquisa foi realizada uma busca por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Base de dados de Enfermagem (BDENF), Informação Científica e Técnica em Saúde da América Latina e Caribe (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e sobre a temática em questão. Surgiram duas categorias: Categoria 01: Possibilidades da educação em saúde para redução da violência obstétrica na Atenção Básica e Categoria 02: Importância da educação em saúde para redução da violência obstétrica na Atenção Básica. Em suma, a educação em saúde na Atenção Básica apresenta importância para a prevenção da violência obstétrica, principalmente para ampliar o conhecimento das gestantes sobre os seus direitos no pré-parto, parto e puerpério.

PALAVRAS-CHAVE

Atenção Primária a Saúde; Educação em saúde; Enfermagem obstétrica; Violência obstétrica.

ABSTRACT

The study aims to understand, through the scientific literature, the importance of health education in reducing obstetric violence. This is a qualitative study, of the Integrative Literature Review type. For the research, a search was carried out through the Virtual Health Library (VHL), Nursing Database (BDENF), Scientific and Technical Information on Health of Latin America and the Caribbean (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) and on the theme in question. Two categories emerged: Category 01: Possibilities of health education to reduce obstetric violence in Primary Care and Category 02: Importance of health education to reduce obstetric violence in Primary Care. In short, health education in Primary Care is important for the prevention of obstetric violence, especially to expand the knowledge of pregnant women about their rights in the parturum, childbirth and puerperium.

KEYWORDS

Primary Health Care; Health education; Obstetric nursing; Obstetric violence.

Introdução

O parto ao longo das décadas foi tido como um evento e processo fisiológico do corpo feminino, era apontado como um ritual entre as mulheres, onde parteiras e a família da gestante se reuniam em seu domicílio para o momento do parto (Brandt *et al.*, 2018).

Apesar de ser um processo fisiológico do corpo feminino, o trabalho de parto é algo desconhecido por muitas mulheres. As consultas de pré-natal entram como principal aliada para a compreensão das gestantes sobre esse processo, durante o pré-natal é importante que as gestantes sejam orientadas acerca das necessidades dos cuidados no parto, sobre práticas que não devem ser realizadas praticas essas que configuram-se como violência obstétrica e quanto aos sinais e sintomas do trabalho de parto, esses sinais e sintomas incluem contrações uterinas constantes e rítmicas com intervalos de três a cinco minutos entre elas, que podem ter duração de 20 a 60 segundos, havendo assim a dilatação da cérvix uterina (Machado *et al.*, 2021).

Como foi visto anteriormente algumas práticas durante o trabalho de parto e parto podem ser consideradas violências diante disso a violência obstétrica (VO) é definida pelo apoderamento do corpo e processos reprodutivos da mulher, pela falta de humanização no tratamento oferecido por parte dos profissionais de saúde. Além disso, o uso excessivo de medicações e o ato de transformar em doença o processo natural do parto contribuíram para causar a perda da independência da mulher de decidir sobre o seu corpo e sua sexualidade causando impactos negativos na sua qualidade de vida (Cunha *et al.*, 2020).

Impactos esses que podem estar relacionados tanto a sua saúde física quanto psicológica, a falta de humanização na assistência ao parto e nascimento estabelece um fenômeno complexo por provocar desfechos prejudiciais que tornam o parto uma experiência negativa para a mulher. A invisibilidade da violência obstétrica está diretamente ligada a vulnerabilidade das mulheres, o fato de não colocar a mulher como protagonista durante o trabalho de parto, fazendo prevalecer a vontade do profissional e não da parturiente (Firmino *et al.*, 2020).

Ao prevalecer a vontade do profissional podemos observar o aumento de procedimentos cirúrgicos e uso de medicações desnecessárias no processo do parto mostra o quanto as usuárias dos serviços de saúde são privadas de informações, visto que parte dessas usuárias não entendem em que consiste a violência obstétrica e quais os seus direitos, tirando delas a autonomia de escolher a forma como querem dar à luz (Paula *et al.*, 2020).

Quando se fala de violência obstétrica tem-se que atentar a violência contra a mulher no geral. A violência contra a mulher é caracterizada como uma das principais violações dos direitos humanos podendo causar um profundo abalo a dignidade da mulher, deixando-a

privada de usufruir dos direitos e liberdade enquanto cidadã. É considerada violência contra a mulher o ato de agredir uma mulher fisicamente, verbalmente, obriga-la a ter relações sexuais, expor sua vida íntima para terceiros, ocultar documentos, controlar seus bens, calunia-la, obriga-la a gravidez indesejada ou a realizar aborto. Todos esses atos fazem parte dos vários tipos de violência: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual (Medeiros; Nascimento, 2022).

É importante mencionar que algumas práticas que já foram classificadas como assistenciais hoje são invalidadas e consideradas como VO. Dentre os principais exemplos dessas práticas estão a manobra de Kristeller, o toque vaginal frequente sem necessidade, a episiotomia e o aumento do uso da ocitocina para acelerar o processo do parto. Essas práticas desrespeitam o corpo da mulher trazendo prejuízos já mencionados acima (Vieira *et al.*, 2020).

Os movimentos feministas, documentários e obras artísticas na segunda década do século XXI tiveram grande importância para a visibilidade da violência obstétrica. Em 1980 no Brasil os movimentos feministas descreviam o parto como uma experiência traumática e dura, no entanto, o assunto foi ignorado devido à grande objeção por parte dos profissionais de saúde em reconhecer o tratamento prestado às mulheres na hora do parto como um tratamento violento (Brandt *et al.*, 2018).

Tendo em vista a negação por partes de alguns profissionais em relação ao tratamento violento prestado a algumas mulheres no parto a atividade de educação em saúde entram como ferramentas que favorecem e estimulam a independência da mulher, esclarecendo a importância do papel principal da mulher durante o período gestacional, mostrando assim que elas podem e devem decidir como passar pelo processo do trabalho de parto e parto (Silva *et al.*, 2019).

A atenção Básica (AB) pode vir a desenvolver o protagonismo na disseminação da informação, oferecendo ações educativas sobre VO e atividades em grupo durante o acompanhamento do pré-natal. A educação em saúde gera resultados positivos para as mulheres levando conhecimento sobre as características da VO, os direitos das gestantes durante o período gravídico e a conduta adequada dos profissionais de saúde (Trajano; Barreto, 2021).

As ações educativas podem caracterizar uma ferramenta de mudança no atual cenário obstétrico. Segundo Brasil 2020 é uma das atividades da AB desenvolver ações educativas que possam interferir no processo de saúde-doença da população, no desenvolvimento de autonomia, individual e coletiva, e na busca por qualidade de vida pelos usuários (Pereira *et al.*, 2018).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) fornecer as informações necessárias para as mulheres sobre os seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como, esclarecer sobre uma

assistência adequada durante a gestação e o puerpério pode contribuir na diminuição e evitar as práticas da VO contra as mulheres (Brasil, 2012).

Uma a cada quatro mulheres é vítima de violência obstétrica no Brasil, o perfil epidemiológico das vítimas de violência obstétrica está diretamente relacionado a questões socioeconômicas, culturais e físicas.

Ao longo da vida o tema da pesquisa, como violência obstétrica, sempre chamou a atenção da pesquisadora, bem como, na graduação do curso de enfermagem. Ainda, no estágio curricular obrigatório do mesmo curso de ensino superior, foi possível perceber algumas atitudes profissionais não condizentes com o momento tão importante que é o parto.

Trata-se de um tema que compete a vários setores públicos dentre eles a saúde, é um problema que requer recursos tanto para o combate como para o seu tratamento tendo em vista as consequências causadas por tal ato. É importante destacar a relevância de se ter cada vez mais profissionais capacitados e humanizados para que possamos diminuir a incidência da violência obstétrica. Assim, surgiu a pergunta norteadora: qual a relação da educação em saúde realizada na atenção básica para a redução da violência obstétrica?

O estudo tem como objetivo compreender, através da literatura científica, a importância da educação em saúde na redução da violência obstétrica.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo revisão de literatura, do tipo integrativa.

O estudo qualitativo se atenta ao nível de realidade que não é quantificado, ou seja, ela trabalha com concepções, motivações, ambições, crenças, valores e comportamentos. Esse tipo de estudo manifesta-se pela evolução de concepções a partir de fatos, ideias, posicionamentos e da compreensão indutivo e interpretativo que confere aos fatos expostos, relacionados ao problema de pesquisa (Gil, 2011).

A Revisão Integrativa da Literatura tem como finalidade identificar, analisar e resumir os resultados encontrados nas literaturas publicadas, afim de obter novas conclusões e informar sobre a importância de educar as gestantes sobre a violência obstétrica. A revisão integrativa é a mais abrangente dentre as revisões proporcionando a inclusão de vários estudos para que se possa ter um entendimento integral dos estudos analisados (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Para o desenvolvimento da revisão integrativa deve-se seguir alguns passos, primeiro é recomendado que o revisor realize a identificação do tema e o objetivo principal do trabalho como também as questões norteadoras que devem ser respondidas, em seguida realizar busca

para reconhecer e coletar trabalhos que se encaixem nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, o revisor qualifica os estudos selecionados para determinar os que entram na sua pesquisa, logo depois ocorre a análise, interpretação e a redução dos dados coletados para que assim o revisor chegue as conclusões finais da pesquisa em questão (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

Uma questão norteadora é uma pergunta importante que possibilita uma declaração explícita do que o pesquisador planeja estudar por meio de uma pesquisa acadêmica ou científica. A investigação dos dados teve como objetivo responder a seguinte pergunta norteadora: qual a relação da educação em saúde realizada na atenção básica para a redução da violência obstétrica? Essa questão foi elaborada através da estratégia P.V.O. (Moher *et al.*, 2009).

PVO	Componentes	Descritores (DESC BVS)
P – População, cenário e/ou situação problema	Violência obstétrica/gestantes	Violência obstétrica, enfermagem obstétrica
V – Variáveis	Atuação da atenção básica	Atenção primária a saúde
O – Desfecho	Identificar a importância da educação em saúde para a redução da VO	Educação em saúde

Para a pesquisa foi realizada uma busca por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Base de dados de Enfermagem (BDENF), Informação Científica e Técnica em Saúde da América Latina e Caribe (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e sobre a temática em questão. Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Educação em saúde”; “Violência obstétrica”; “Enfermagem obstétrica”; “Atenção Primária a Saúde”, seguindo com o uso do booleano “AND”, combinando ambos os descritores.

A busca e análise de dados foi realizada da seguinte forma: identificação do tema, a elaboração da questão de pesquisa e identificação dos artigos que se encaixam na temática. A busca aconteceu nos meses de Maio, Junho e Julho de 2023.

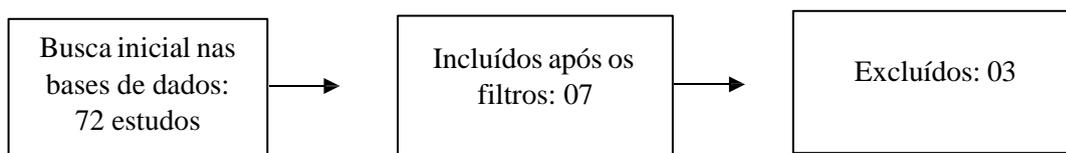
Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos originais que estivessem disponíveis na íntegra, publicados entre 2010 e 2023, artigos redigidos em português e de acesso gratuito. Esse tempo foi escolhido porque em 2013 teve a publicação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo sobre o conceito de violência obstétrica.

Foram excluídos os artigos duplicados e os que não se encaixavam no tema ou não respondiam à pergunta norteadora, comments, estudos de revisão.

Os dados foram analisados por meio do nível de evidência. A prática baseada em evidências enfatiza grupos de classificação normalmente esses grupos são definidos de forma ordenadas conforme o delineamento da pesquisa, ou seja, da abordagem metodológica utilizada para o desenvolvimento do estudo. As características das evidências são classificadas em seis níveis:

Os níveis de evidência de um artigo são: Revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados (ECR) ou estudos de intervenção com desenhos semelhantes; ECR individuais com controle placebo ou de grupo de referências; Estudos comparativos de coorte, série de casos não controlados ou estudos de casos individuais Estudos de coorte ou caso-controle; Estudos de séries de casos ou estudos de casos individuais não controlados e opiniões de especialistas ou relatos de casos individuais (Moher *et al.*, 2009).

O fluxograma a seguir apresenta a busca dos estudos nas bases de dados:



Resultados e discussões

Autores	Título	Ano	Tipo de Estudo	Objetivo	Resultados
TESSER, C. D. et al.	Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer?	2015	Reflexivo	Justificar a necessidade de prevenção quaternária frente à 'violência obstétrica' (VO)	A prevenção quaternária frente à violência obstétrica no Brasil requer a participação dos profissionais e suas associações em duas frentes: a primeira envolve a atuação clínica no cuidado e apoio às gestantes e puérperas, bem como a elaboração participativa de planos de parto. A segunda requer suporte e participação social para que sejam atendidas as reivindicações de humanização da assistência ao pré-natal e parto, provenientes dos movimentos de mulheres, de modo a impactar significativamente a violência obstétrica no sistema de saúde do Brasil.
SANTOS, A. L. M.; SOUZA, M. H. T.	Elaboração de novas tecnologias em enfermagem: utilização de uma cartilha para prevenção	2017	Qualitativo	Elaborar cartilha de orientações para profissionais em enfermagem contendo as funções de cada categoria e com orientações sobre os direitos da mulher no pré-natal, parto e pós-parto.	A Enfermagem pode incorporar, em suas práticas de cuidado às mulheres, ações de enfrentamento e de prevenção dos agravos. Elaborou-se uma cartilha intitulada "Violência obstétrica é violência contra a mulher meu corpo, minhas regras, meu parto, minhas escolhas"
LOPES, L. B. et al.	Elaboração e validação de panfleto educativo sobre violência obstétrica para gestantes e puérperas	2021	Estudo descritivo	Descrever o processo de elaboração e validação de um panfleto educativo sobre violência obstétrica para gestantes e puérperas.	A elaboração de um panfleto educativo sobre violência obstétrica foi considerada válida por juízes e mulheres, de forma que este recurso poderá colaborar na prevenção de atitudes desrespeitosas e contribuir para garantia dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher.
NASCIMENTO, D. E. M. et al.	Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto	2022	Exploratório e descritivo.	Compreender o papel dos enfermeiros (as) na prevenção da violência obstétrica no parto.	A educação sempre foi uma ferramenta indispensável para a resolução de problemas e, no contexto da saúde, ela se torna essencial para a aplicação de conhecimentos sistematizados, horizontais e holísticos, onde o enfermeiro tem potencial de ser protagonista.

A tabela apresentou as 04 produções científicas utilizadas na revisão. O primeiro estudo apresenta sobre a prevenção quaternária da violência obstétrica, enquanto o segundo aborda sobre as ações de enfermagem nessa prevenção. O terceiro traz uma estratégia importante, que é sobre reforçar os direitos das gestantes, principalmente o de acompanhante. O quarto estudo destaca sobre uma ferramenta que pode ser utilizada na Atenção Básica para a prevenção da violência obstétrica. O último destaca sobre as práticas de enfermagem.

Foram utilizados 04 estudos, sendo que percebe-se que há pouca produção científica sobre essa temática.

Após pesquisa nos bancos de dados percebeu-se o quanto as gestantes desconhecem sobre violência obstétrica e como não compreendem a independência que elas têm durante o seu trabalho de parto. A falta de conhecimento, informação e consentimento da gestante acaba deixando um espaço para que a equipe que lhe assiste tenha total autonomia sobre o seu parto, muitas vezes essa autonomia da equipe pode levar a procedimentos que desrespeitam sua autonomia, seu corpo e seus direitos sexuais e reprodutivos (Silva *et al.*, 2019).

Os níveis de evidência dos artigos foram 2 e 3.

A primeira categoria destaca sobre as possibilidades de educação em saúde para a diminuição da violência obstétrica na Atenção Básica, enquanto a segunda categoria discorre sobre a importância dessa educação em saúde.

Categoria I - Possibilidades da educação em saúde para redução da violência obstétrica na Atenção Básica

A primeira categoria destaca que a educação em saúde apresenta possibilidades, onde uma das principais estratégias para trabalhar a educação em saúde na atenção básica é através de grupos educativos. Estes grupos devem ser realizados de forma participativa, envolvendo tanto profissionais de saúde quanto as mulheres. É importante que as mulheres se sintam acolhidas e ouvidas durante esses encontros, para que possam compartilhar suas vivências e aprendizados (Lopes *et al.*, 2021).

Dessa forma, a violência obstétrica é um fenômeno presente na vida de muitas mulheres e pode acontecer durante todo o processo de gestação, parto e pós-parto. Trata-se de uma violação dos direitos humanos e pode ter consequências físicas, psicológicas e socioeconômicas graves para a saúde das mulheres. Nesse sentido, a educação em saúde desempenha um papel

fundamental na prevenção e redução desse tipo de violência, especialmente na Atenção Básica (Nascimento *et al.*, 2022).

Nesse contexto, a Atenção Básica é importante para abordar sobre a temática de prevenção da violência obstétrica, sendo que ela é considerada a porta de entrada do sistema de saúde e tem como objetivo promover a saúde e prevenir doenças, por meio de ações de promoção, prevenção, cuidado e reabilitação. É nesse nível de atenção que se deve abordar a violência obstétrica, já que é o ambiente mais próximo da população e onde as mulheres gestantes e puérperas são acolhidas e acompanhadas durante todo o processo de gravidez e pós-parto (TESSER *et al.*, 2015).

Com isso, a educação em saúde na Atenção Básica deve ser entendida como um processo contínuo, participativo e empoderador, que visa capacitar as mulheres gestantes e puérperas para identificar situações de violência obstétrica e buscar formas de preveni-la e denunciá-la. Esse processo deve envolver também os profissionais de saúde, capacitando-os para identificar e intervir nas situações de violência, além de promover mudanças nas práticas e condutas obstétricas, de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde (Lopes *et al.*, 2021).

Além disso, a educação em saúde para redução da violência obstétrica deve abranger temas como direitos sexuais e reprodutivos, parto humanizado, cuidados com o recém-nascido e aleitamento materno. Esses temas são fundamentais para empoderar as mulheres e oferecer informações de qualidade sobre o processo de gestação, parto e pós-parto, permitindo que elas exerçam autonomia sobre o seu corpo e suas decisões (TESSER *et al.*, 2015).

É importante ressaltar que a educação em saúde deve ser baseada em uma abordagem interdisciplinar, envolvendo os diversos profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, entre outros. Além disso, é fundamental que esse processo seja sensível às questões de gênero, raça, etnia e classe social, para garantir que todas as mulheres tenham acesso à informação de forma igualitária (NASCIMENTO *et al.*, 2022).

A Atenção Básica também deve promover ações de acolhimento e escuta qualificada às mulheres que vivenciaram violência obstétrica, oferecendo apoio emocional e encaminhamento para o atendimento especializado, quando necessário. Além disso, é fundamental que sejam criados espaços de diálogo e reflexão sobre a temática, envolvendo a comunidade e as gestantes e puérperas em um processo de construção coletiva de conhecimento e de combate à violência. Nesse sentido, a educação em saúde desempenha um papel fundamental na redução da violência obstétrica. Isso porque, ao promover o conhecimento sobre os direitos das mulheres, os profissionais de saúde podem atuar de forma mais consciente e empática, evitando a prática de violências. Uma das formas de abordar o tema da violência obstétrica na Atenção Básica é por

meio de atividades educativas nas unidades de saúde. Essas atividades podem incluir rodas de conversa, palestras, oficinas e debates, abordando temas como os direitos reprodutivos, o parto humanizado e os tipos de violência obstétrica. Outra estratégia importante é a capacitação dos profissionais de saúde que atuam na Atenção Básica. É fundamental que eles tenham conhecimento sobre as políticas públicas de saúde voltadas para a mulher, os protocolos de atendimento ao parto e as formas de prevenção e denúncia da violência obstétrica (NASCIMENTO *et al.*, 2022).

Além disso, é importante envolver as gestantes e suas famílias nas discussões sobre violência obstétrica. Através de encontros com grupos de gestantes, por exemplo, é possível esclarecer dúvidas e reforçar a importância do respeito aos direitos das mulheres durante o período gestacional. A educação em saúde também pode se estender para a comunidade em geral, através de campanhas de conscientização e divulgação de informações sobre a violência obstétrica e seus impactos na saúde das mulheres e dos bebês (TESSER *et al.*, 2015).

Com isso, há diversas possibilidades de educação em saúde para a redução da violência obstétrica, sendo essencial que essas estratégias educativas contemplem as políticas e conhecimentos voltados à essa área, tendo a participação da equipe multiprofissional em saúde.

Categoria II - Importância da educação em saúde para redução da violência obstétrica na Atenção Básica

A segunda categoria destaca que a educação em saúde é um importante instrumento para a redução da violência obstétrica na Atenção Básica. Isso porque, por meio dela, é possível capacitar tanto as gestantes quanto os profissionais da saúde para a promoção do parto humanizado e respeitoso, além de orientar sobre os direitos das mulheres durante o processo de gestação e parto. Podem ser utilizadas diferentes tecnologias, como cartilhas, além de palestras e momentos de construção de conhecimentos para identificação e diminuição da violência obstétrica (LOPES *et al.*, 2021).

A Atenção Básica é um espaço privilegiado para a realização de ações de educação em saúde, pois é nesse nível de atenção que se dá o primeiro contato entre a gestante e o sistema de saúde. Dessa forma, é importante que as unidades de saúde promovam atividades educativas que abordem temas como os direitos das gestantes, a importância da humanização no parto, os riscos e benefícios das intervenções médicas durante o trabalho de parto, entre outros assuntos relevantes (SANTOS; SOUZA, 2017).

Além disso, é fundamental que os profissionais da saúde sejam continuamente capacitados para oferecer um atendimento humanizado e livre de violência obstétrica. Isso inclui a formação de equipes multiprofissionais que trabalhem de forma integrada e respeitosa, garantindo uma atenção adequada às necessidades individuais de cada gestante (NASCIMENTO *et al.*, 2022).

A educação em saúde consiste em um conjunto de ações e práticas educativas que visam promover a saúde e prevenir doenças, por meio da informação, conscientização e empoderamento da população. No caso da violência obstétrica, a educação em saúde tem o papel de informar e sensibilizar gestantes, familiares e profissionais de saúde sobre os direitos das mulheres durante o processo de parto e pós-parto, e alertar sobre as formas de violência que podem ser cometidas durante esses momentos (LOPES *et al.*, 2021).

Além disso, a educação em saúde pode contribuir para reduzir a violência obstétrica ao promover uma mudança de cultura e valores na sociedade, que muitas vezes naturaliza e aceita certas práticas violentas na assistência ao parto. Com a disseminação de informações e conhecimentos sobre a violência obstétrica, é possível sensibilizar a população e fortalecer a luta pelos direitos das mulheres na saúde (SANTOS; SOUZA, 2017).

A educação em saúde desempenha um papel essencial na redução da violência obstétrica na Atenção Básica, promovendo um atendimento respeitoso e humanizado às gestantes e contribuindo para a garantia do direito das mulheres à um parto saudável e seguro. Por isso, é importante que sejam implementadas ações educativas e de capacitação de profissionais nesse contexto, visando a promoção da saúde materno-infantil de forma integral e acolhedora (TESSER *et al.*, 2015).

Além disso, a educação em saúde pode ser realizada diretamente com as gestantes, através de grupos educativos, palestras e outros tipos de atividades. Essas ações podem abordar temas como os direitos das gestantes, o papel da mulher no processo de nascimento, a importância do parto humanizado e respeitoso, entre outros assuntos relevantes. Dessa forma, as mulheres podem ser empoderadas e saberem reconhecer e denunciar qualquer tipo de violência que possa ocorrer durante a assistência ao parto (SANTOS; SOUZA, 2017).

Considerações finais

Em suma, a educação em saúde na Atenção Básica apresenta importância para a prevenção da violência obstétrica, principalmente para ampliar o conhecimento das gestantes sobre os seus direitos no pré-parto, parto e puerpério. Esse estudo trouxe aspectos positivos

para o pesquisador, por desenvolver novos conhecimentos e ter uma melhor abordagem sobre a temática. Já os aspectos negativos consistem na limitação desse estudo, sendo necessário ter novos estudos sobre esse tema.

Com isso, o estudo de revisão foi relevante para conhecer mais sobre a educação em saúde com foco nesse âmbito, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos. Torna-se importante que sejam desenvolvidas novas pesquisas com foco nessa temática, para trazer outras possibilidades de estratégias educativas sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

BRANDT, G. P. *et al.* Violência obstétrica: a verdadeira dor do parto. **Revista gestão & saúde**, v. 1, p. 19 - 37, 2018.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Parto, Aborto e Puerpério Assistência Humanizada à Mulher. Brasília: 2001.

CUNHA, A. L. *et al.* Produção de conhecimento sobre violência obstétrica: o lado invisível do parto. **Revista Nursing**, [s. l.], v. 23, p. 3529 - 3532, 2020.

FIRMINO, K. C. *et al.* Percepção da mulher frente à dor do Parto. **Rev. Ciênc. Plur**, p. 87-101, 2020.

LOPES, K. B. *et al.* Elaboração e validação de panfleto educativo sobre violência obstétrica para gestantes e puérperas. **CuidArte, Enferm.**, v. 15, n. 2, p. 214-222, 2021.

MACHADO, R. C. M. *et al.* A gestante e o processo de viver com diabetes mellitus. **Cad. Saúde Colet.**, v. 29, n. 4, p. 1-10, 2021.

MEDEIROS, R. C. S.; NASCIMENTO, E. G. C. “Na hora de fazer não chorou”: a violência obstétrica e suas expressões. **Rev. Estud. Fem**, v. 30, n. 2, p. 1-10, 2022.

MOHER, T. J, ALTMAN, D. G. G. The PRISMA Group, Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA Statement Plos Med. **Journal. Pmed.**, v. 6, n. 6, p. 1-6. 2009.

NASCIMENTO, D. E. M. *et al.* Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto. **Nursing (Ed. bras., Impr.)**, v. 25, n. 291, p. 8242-8253, 2022.

PAULA, E. *et al.* Violência obstétrica e o atual modelo obstétrico, na percepção dos gestores em saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 29, n. 3, p. 1-10, 2020.

PEREIRA, P. M. *et al.* Novas práticas de atenção ao parto e os desafios para a humanização da assistência nas regiões sul e sudeste do Brasil. **Ciênc. saúde colet**, v. 23, n. 11, p. 1-10, 2018.

SANTOS, A. L.; SOUZA, M. H. T. Elaboração de novas tecnologias em enfermagem: utilização de uma cartilha para prevenção. **Rev. enferm. UFPE on line**, v. 11, n. 10, p. 3893-3898, 2017.

SILVA, V. B. *et al.* Educação em saúde acerca da prevenção da violência obstétrica: relato de experiência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde / Electronic Journal Collection Health**, [s. l.], v. 11, ed. 14, p. 1 - 6, 2019.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, [s. l.], ed. 1, p. 103 - 106, 2010.

VIEIRA, T. F. *et al.* Conhecimento das mulheres sobre violência obstétrica: uma revisão sistemática. **Brazilian Journal of health Review**, Curitiba, v. 3, ed. 4, p. 9912 - 9925, 2020.

TESSER, C. D. *et al.* **Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer?** *Rev. bras. med. fam. comunidade*, v. 10, n. 35, p. 1-12, 2015.

TRAJANO, A. R.; BARRETO, E. A. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. **Botucatu**, v. 25, n. 3, p. 1-10, 2021.